



Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2013

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	7.379.790	7.100.954
1.01	Ativo Circulante	1.517.627	1.489.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	180.335	252.479
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.992	26.726
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	17.992	26.726
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	17.992	26.726
1.01.03	Contas a Receber	870.903	987.586
1.01.03.01	Clientes	870.903	987.586
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	870.903	987.586
1.01.04	Estoques	12.737	14.018
1.01.06	Tributos a Recuperar	149.182	121.871
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	149.182	121.871
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	45.118	35.699
1.01.06.01.02	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	23.515	11.234
1.01.06.01.03	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	52.400	55.226
1.01.06.01.04	Programa de integração social - PIS	6.848	3.012
1.01.06.01.05	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	18.911	13.901
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.583	1.537
1.01.06.01.07	Outros	807	1.262
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.423	1.637
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	276.055	85.169
1.01.08.03	Outros	276.055	85.169
1.01.08.03.01	Recursos CDE	181.416	0
1.01.08.03.02	Entidade de previdência privada	7.400	9.952
1.01.08.03.03	Serviços em curso	47.305	43.826
1.01.08.03.04	Outros ativos circulantes	39.934	31.391
1.02	Ativo Não Circulante	5.862.163	5.611.468
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.527.478	2.354.395
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	50.061	50.169
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	50.061	50.169
1.02.01.03	Contas a Receber	116.675	133.441
1.02.01.03.01	Clientes	116.675	133.441
1.02.01.06	Tributos Diferidos	181.545	181.167
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	181.545	181.167
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.179.197	1.989.618
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	76.670	75.407
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	183.956	183.748
1.02.01.09.05	Entidade de previdência privada	30.762	13.865
1.02.01.09.06	Coligadas e controladas	418	257
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.884.714	1.713.486
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	2.677	2.855
1.02.02	Investimentos	11.380	11.432
1.02.04	Intangível	3.323.305	3.245.641

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	7.379.790	7.100.954
2.01	Passivo Circulante	1.651.655	1.519.827
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.960	48.395
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.960	48.395
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	53.960	48.395
2.01.02	Fornecedores	637.596	504.700
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	637.596	504.700
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.856	125.218
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	104.058	71.644
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.315	4.891
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	7.315	8.564
2.01.03.01.03	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	32.626	38.662
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9.385	9.810
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	951	1.053
2.01.03.01.06	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	25.563	0
2.01.03.01.07	Outros	4.903	8.664
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	44.374	49.171
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	44.374	49.171
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.424	4.403
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	4.424	4.403
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	433.284	476.901
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	329.134	290.934
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	268.698	236.160
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	60.436	54.774
2.01.04.02	Debêntures	104.150	185.967
2.01.05	Outras Obrigações	348.555	340.714
2.01.05.02	Outros	348.555	340.714
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	167.417	167.595
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	40.978	59.199
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	140.160	113.920
2.01.06	Provisões	25.404	23.899
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.404	23.899
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.060	904
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	13.924	13.140
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	7.612	7.187
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	2.808	2.668
2.02	Passivo Não Circulante	2.858.489	2.934.148
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.632.830	2.710.292
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.554.213	2.611.726
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.815.314	1.872.064
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	738.899	739.662
2.02.01.02	Debêntures	78.617	98.566
2.02.02	Outras Obrigações	76.966	83.032
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	89	89
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	89	89

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.02	Outros	76.877	82.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	27.913	27.397
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	9.322	1.078
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	5.134	4.598
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	1.803	1.803
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	30.303	45.665
2.02.04	Provisões	148.693	140.824
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	148.693	140.824
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.744	10.518
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	78.902	74.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	43.138	40.727
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	15.909	15.119
2.03	Patrimônio Líquido	2.869.646	2.646.979
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivo Fiscal	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.413.628	1.413.459
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.410.237	1.410.068
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.391	3.391
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	211.235	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.570	-6.693

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.438.493	1.340.546
3.01.01	Receita Bruta	1.923.620	1.912.007
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-485.127	-571.461
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-998.795	-875.486
3.03	Resultado Bruto	439.698	465.060
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-156.408	-201.112
3.04.01	Despesas com Vendas	-92.073	-146.567
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.335	-54.545
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	283.290	263.948
3.06	Resultado Financeiro	-34.618	-68.127
3.06.01	Receitas Financeiras	99.341	81.687
3.06.02	Despesas Financeiras	-133.959	-149.814
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	248.672	195.821
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.437	-32.635
3.08.01	Corrente	-43.617	-21.959
3.08.02	Diferido	6.180	-10.676
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	211.235	163.186
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	211.235	163.186
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,09000	0,84000
3.99.01.02	PNA	1,09000	0,84000
3.99.01.03	PNB	1,20000	0,92000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	211.235	163.186
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.263	26.237
4.02.01	Ajustes ativos financeiros da Concessão	0	6.480
4.02.02	Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	0	-2.207
4.02.03	Efeitos CPC 33 (R1)	17.065	33.279
4.02.04	Tributos s/ Efeitos CPC 33 (R1)	-5.802	-11.315
4.03	Resultado Abrangente do Período	222.498	189.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	352.641	222.346
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	404.139	402.301
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	248.672	195.821
6.01.01.02	Amortização	72.531	56.577
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	68.353	73.280
6.01.01.04	Valor justo do ativo financeiro	-14.977	0
6.01.01.05	Perda com baixa do ativo intangível em curso	3.863	1.246
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	8.891	5.353
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.806	70.024
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.498	-179.955
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	116.643	-29.757
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-21.701	-15.217
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	-6.874	-6.830
6.01.02.04	Estoques	1.281	1.737
6.01.02.05	Subvenções / Recursos CDE	-181.416	0
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-208	-10.095
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	-8.786	-9.282
6.01.02.08	Entidade de previdência privada	2.720	2.249
6.01.02.09	Partes Relacionadas	-161	25
6.01.02.10	Outros ativos	-20.313	-17.922
6.01.02.11	Fornecedores	133.412	12.224
6.01.02.12	Salários e encargos a pagar	5.565	3.580
6.01.02.13	Encargos de dívidas e swap pagos	-48.088	-40.956
6.01.02.14	Taxas regulamentares	-9.977	1.280
6.01.02.15	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	13.353	22.469
6.01.02.16	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-28.794	-12.370
6.01.02.17	Partes Relacionadas	0	9
6.01.02.18	Indenizações/contingências pagas	-9.033	-5.935
6.01.02.19	Outras passivos	10.879	-75.164
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-301.133	-281.335
6.02.01	Aquisição de investimentos	52	1.564
6.02.02	Intangível	-310.995	-283.531
6.02.03	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-22.569	-36.908
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários	32.379	37.540
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-123.652	-25.337
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	9.730	18.308
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-41.984	-43.035
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	-100.543	-17.868
6.03.04	Obrigações vinculadas	9.155	45.216
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio	-10	-27.958
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-72.144	-84.326
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.479	180.756
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.335	96.430

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.413.459	0	-6.693	2.646.979
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.413.459	0	-6.693	2.646.979
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	169	0	0	169
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	169	0	0	169
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	211.235	11.263	222.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	211.235	0	211.235
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.263	11.263
5.05.02.06	Efeitos CPC 33 (R1)	0	0	0	0	17.065	17.065
5.05.02.07	Tributos s/ Efeitos CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-5.802	-5.802
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.413.628	211.235	4.570	2.869.646

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.009.659	0	28.244	2.278.116
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.009.659	0	28.244	2.278.116
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.186	26.237	189.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.186	0	163.186
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.237	26.237
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6.480	6.480
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.207	-2.207
5.05.02.06	Efeitos CPC 33 (R1)	0	0	0	0	33.279	33.279
5.05.02.07	Tributos s/ Efeitos CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-11.315	-11.315
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.009.659	163.186	54.481	2.467.539

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.904.926	1.838.513
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.923.620	1.912.007
7.01.02	Outras Receitas	-471	-3.469
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-471	-3.469
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-18.223	-70.025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.046.503	-940.168
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-616.283	-603.781
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-430.220	-336.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	858.423	898.345
7.04	Retenções	-72.532	-56.754
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.532	-56.754
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	785.891	841.591
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.341	81.687
7.06.02	Receitas Financeiras	99.341	81.687
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	885.232	923.278
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	885.232	923.278
7.08.01	Pessoal	56.475	47.712
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.439	29.802
7.08.01.04	Outros	24.036	17.910
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	8.428	7.149
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	2.444	2.284
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	3.943	3.469
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	999	832
7.08.01.04.05	Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	4.527	7.320
7.08.01.04.06	Férias e 13º salário	8.584	9.519
7.08.01.04.07	Plano de saúde	3.430	3.314
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	1.786	-93
7.08.01.04.09	Participação nos resultados	4.684	3.833
7.08.01.04.10	Administradores	615	593
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	488	355
7.08.01.04.12	(-) Transferência para ordens	-15.892	-20.665
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	482.345	561.346
7.08.02.01	Federais	161.955	233.431
7.08.02.02	Estaduais	320.390	327.915
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	135.177	151.034
7.08.03.01	Juros	133.959	149.814
7.08.03.02	Aluguéis	1.218	1.220
7.08.05	Outros	211.235	163.186

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES ATIVOS

Descrição	Evolução do número de clientes ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	31/3/2013	31/3/2012	31/3/2013	31/3/2012	31/3/2013	
Residencial	4.628.597	4.500.664	88,14%	88,14%	127.933	2,84%
Industrial	20.003	20.284	0,38%	0,40%	(281)	-1,39%
Comercial	322.757	311.660	6,15%	6,10%	11.097	3,56%
Rural	206.661	201.159	3,94%	3,94%	5.502	2,74%
Poder Público	46.509	46.866	0,89%	0,92%	(357)	-0,76%
Iluminação Pública	16.326	16.105	0,31%	0,32%	221	1,37%
Serviço Público	9.946	9.109	0,19%	0,18%	837	9,19%
Subtotal	<u>5.250.799</u>	<u>5.105.847</u>	<u>99,99%</u>	<u>99,99%</u>	<u>144.952</u>	<u>2,84%</u>
Consumo Próprio	425	373	0,01%	0,01%	52	13,94%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	<u>5.251.225</u>	<u>5.106.221</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>145.004</u>	<u>2,84%</u>

A Companhia encerrou o 1º trimestre de 2013 com um número total de 5.251.225 consumidores, o que representa um crescimento de 2,84% em relação ao mesmo período de 2012. Esse crescimento representa um incremento de 145.004 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 127.933 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

A classe industrial apresentou um decréscimo de -1,39% do número de consumidores ativos devido à migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre.

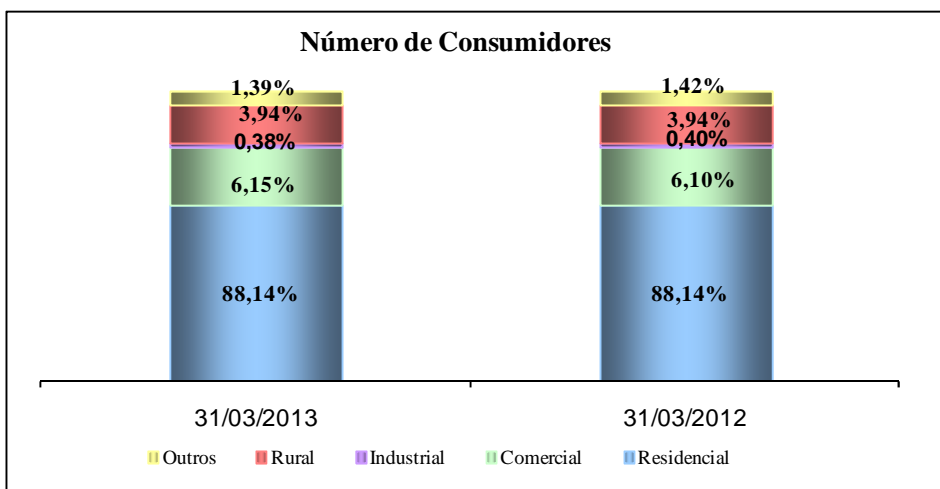
Comentário do Desempenho COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

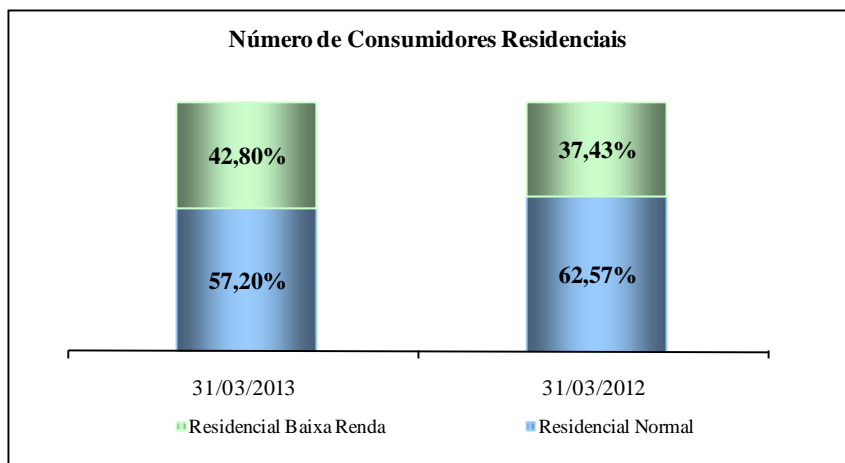
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O número de consumidores residenciais em março de 2013 representa 88,14% do total de clientes/contratos ativos, e destes 42,80% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em março de 2012 esse número era de 37,43%, esse aumento deve-se enquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO (%)



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL (%)



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2.1.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO REGULADO – VENDAS DE ENERGIA

	Evolução das Vendas por classe em MWh (Mercado Cativo)					
	1º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal	
	31/03/2013	31/03/2012	1º Trim/13	1º Trim/12	31/03/2013	
Residencial	1.565.451	1.432.832	40,10%	37,93%	132.619	9,26%
Industrial	625.913	742.263	16,03%	19,65%	-116.350	-15,68%
Comercial	778.755	750.666	19,95%	19,87%	28.089	3,74%
Rural	348.308	298.243	8,92%	7,89%	50.065	16,79%
Poder Público	167.579	158.488	4,30%	4,20%	9.091	5,74%
Iluminação Pública	202.219	187.148	5,18%	4,95%	15.071	8,05%
Serviço Público	211.483	204.439	5,42%	5,41%	7.044	3,45%
Subtotal	3.899.708	3.774.078	99,90%	99,90%	125.630	3,33%
Consumo Próprio	3.994	3.794	0,10%	0,10%	200	5,27%
Total	3.903.702	3.777.872	100,00%	100,00%	125.830	3,33%

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no primeiro trimestre de 2013 foi de 3.903.702MWh, representando um decréscimo de 3,33% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 9,26%, atingindo um consumo de 1.565.451 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 40,10% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um decréscimo de 15,68% tendo esse resultado refletido a migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre fato este que vem ocorrendo em todas as distribuidoras do país, com mais vigor a partir de janeiro/12. A expectativa para o setor industrial brasileiro e baiano é de retomada gradual na produção industrial, esperando-se um retorno no ritmo de crescimento a partir do segundo trimestre de 2013.

A classe comercial apresentou um acréscimo de 3,74% com o consumo de energia evoluindo em ritmo mais lento que o verificado no ano passado, acompanhando o volume de vendas no comércio baiano, que apresentou uma variação de 4,4% em Janeiro/13.

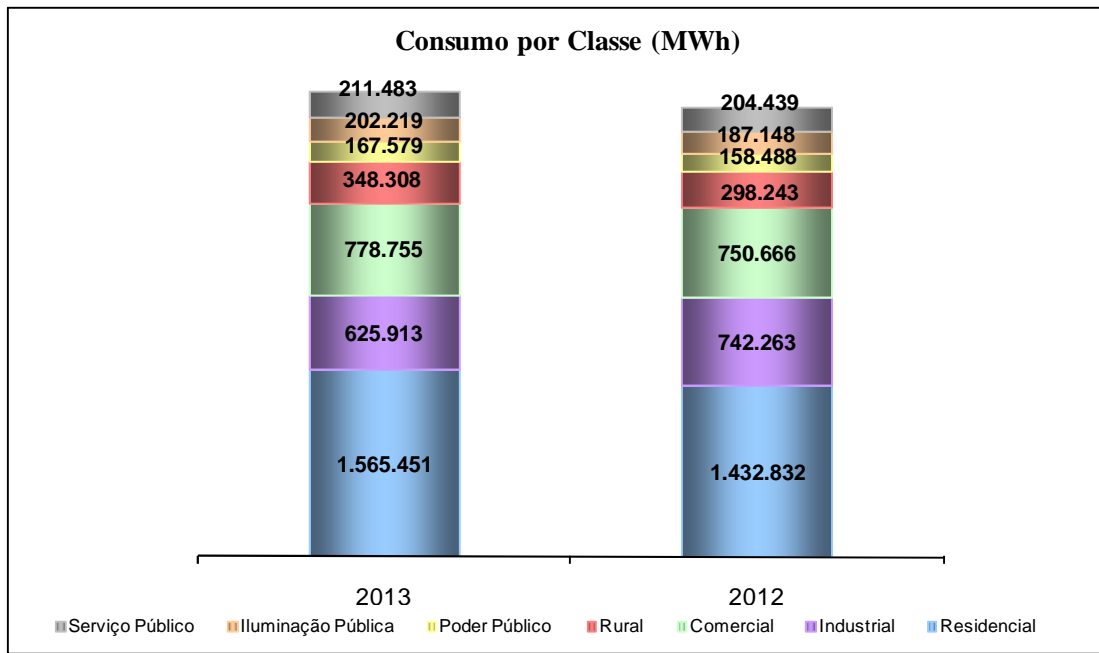
A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado crescimento de 16,79% muito em função da maior utilização de equipamentos para irrigação, como consequência da forte estiagem que assolou todo o Nordeste, atingindo a Bahia principalmente nas regiões oeste e norte, onde a participação da irrigação é relevante.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

<table border="1"> <thead> <tr> <th>LEILÃO ENERGIA EXISTENTE</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>82.172</td> <td>1,8%</td> </tr> <tr> <td>2.441.722</td> <td>53,1%</td> </tr> </tbody> </table>	LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%	82.172	1,8%	2.441.722	53,1%	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Contratos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4.566.370</td> </tr> <tr> <td>4.600.678</td> </tr> </tbody> </table>	Contratos	4.566.370	4.600.678		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Residencial</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.565.451</td> <td>40,11</td> </tr> <tr> <td>1.432.832</td> <td>37,93</td> </tr> </tbody> </table>	Residencial	%	1.565.451	40,11	1.432.832	37,93						
LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%																							
82.172	1,8%																							
2.441.722	53,1%																							
Contratos																								
4.566.370																								
4.600.678																								
Residencial	%																							
1.565.451	40,11																							
1.432.832	37,93																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ITAPEBI</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>463.102</td> <td>10,1%</td> </tr> <tr> <td>466.965</td> <td>10,1%</td> </tr> </tbody> </table>	ITAPEBI	%	463.102	10,1%	466.965	10,1%	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Uso Distribuidoras</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>75</td> </tr> <tr> <td>69</td> </tr> </tbody> </table>	Uso Distribuidoras	75	69	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mercado Próprio</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3.903.703</td> <td>75,88</td> </tr> <tr> <td>3.777.873</td> <td>77,74</td> </tr> </tbody> </table>	Mercado Próprio	%	3.903.703	75,88	3.777.873	77,74	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Industrial</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>625.913</td> <td>16,03</td> </tr> <tr> <td>742.263</td> <td>19,65</td> </tr> </tbody> </table>	Industrial	%	625.913	16,03	742.263	19,65
ITAPEBI	%																							
463.102	10,1%																							
466.965	10,1%																							
Uso Distribuidoras																								
75																								
69																								
Mercado Próprio	%																							
3.903.703	75,88																							
3.777.873	77,74																							
Industrial	%																							
625.913	16,03																							
742.263	19,65																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>QUOTAS ANGRA</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>166.000</td> <td>3,8%</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>0,0%</td> </tr> </tbody> </table>	QUOTAS ANGRA	%	166.000	3,8%	-	0,0%	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mercado Livre</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>465.519</td> </tr> <tr> <td>325.961</td> </tr> </tbody> </table>	Mercado Livre	465.519	325.961	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mercado Livre</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>465.518</td> <td>9,05</td> </tr> <tr> <td>325.961</td> <td>6,71</td> </tr> </tbody> </table>	Mercado Livre	%	465.518	9,05	325.961	6,71	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Comercial</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>778.755</td> <td>19,95</td> </tr> <tr> <td>750.666</td> <td>19,87</td> </tr> </tbody> </table>	Comercial	%	778.755	19,95	750.666	19,87
QUOTAS ANGRA	%																							
166.000	3,8%																							
-	0,0%																							
Mercado Livre																								
465.519																								
325.961																								
Mercado Livre	%																							
465.518	9,05																							
325.961	6,71																							
Comercial	%																							
778.755	19,95																							
750.666	19,87																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>QUOTAS REPOSIÇÃO</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.079.468</td> <td>45,5%</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>0,0%</td> </tr> </tbody> </table>	QUOTAS REPOSIÇÃO	%	2.079.468	45,5%	-	0,0%	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Perdas Rede Básica</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>81.500</td> </tr> <tr> <td>112.313</td> </tr> </tbody> </table>	Perdas Rede Básica	81.500	112.313	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Perda Distribuição</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>778.966</td> <td>15,13</td> </tr> <tr> <td>755.619</td> <td>15,55</td> </tr> </tbody> </table>	Perda Distribuição	%	778.966	15,13	755.619	15,55	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Rural</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>348.308</td> <td>8,92</td> </tr> <tr> <td>298.243</td> <td>7,89</td> </tr> </tbody> </table>	Rural	%	348.308	8,92	298.243	7,89
QUOTAS REPOSIÇÃO	%																							
2.079.468	45,5%																							
-	0,0%																							
Perdas Rede Básica																								
81.500																								
112.313																								
Perda Distribuição	%																							
778.966	15,13																							
755.619	15,55																							
Rural	%																							
348.308	8,92																							
298.243	7,89																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>TERMOPE</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>140.465</td> <td>3,1%</td> </tr> <tr> <td>142.025</td> <td>3,1%</td> </tr> </tbody> </table>	TERMOPE	%	140.465	3,1%	142.025	3,1%	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sobras</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(197.800)</td> </tr> <tr> <td>(45.127)</td> </tr> </tbody> </table>	Sobras	(197.800)	(45.127)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Uso Distribuidoras</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>75</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>69</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>	Uso Distribuidoras	%	75	0,00	69	0,00	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Outros</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>585.275</td> <td>14,99</td> </tr> <tr> <td>553.869</td> <td>14,66</td> </tr> </tbody> </table>	Outros	%	585.275	14,99	553.869	14,66
TERMOPE	%																							
140.465	3,1%																							
142.025	3,1%																							
Sobras																								
(197.800)																								
(45.127)																								
Uso Distribuidoras	%																							
75	0,00																							
69	0,00																							
Outros	%																							
585.275	14,99																							
553.869	14,66																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>NC ENERGIA</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>14.696</td> <td>0,3%</td> </tr> <tr> <td>26.258</td> <td>0,6%</td> </tr> </tbody> </table>	NC ENERGIA	%	14.696	0,3%	26.258	0,6%																		
NC ENERGIA	%																							
14.696	0,3%																							
26.258	0,6%																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>AFLUENTE</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>36.737</td> <td>0,8%</td> </tr> <tr> <td>37.145</td> <td>0,8%</td> </tr> </tbody> </table>	AFLUENTE	%	36.737	0,8%	37.145	0,8%																		
AFLUENTE	%																							
36.737	0,8%																							
37.145	0,8%																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>PROINFA</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>89.928</td> <td>2,0%</td> </tr> <tr> <td>94.921</td> <td>2,1%</td> </tr> </tbody> </table>	PROINFA	%	89.928	2,0%	94.921	2,1%																		
PROINFA	%																							
89.928	2,0%																							
94.921	2,1%																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>MCSD</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>11.206</td> <td>0,2%</td> </tr> <tr> <td>95.404</td> <td>2,1%</td> </tr> </tbody> </table>	MCSD	%	11.206	0,2%	95.404	2,1%																		
MCSD	%																							
11.206	0,2%																							
95.404	2,1%																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>LEILÃO ENERGIA NOVA</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.128.193</td> <td>24,7%</td> </tr> <tr> <td>935.713</td> <td>20,3%</td> </tr> </tbody> </table>	LEILÃO ENERGIA NOVA	%	1.128.193	24,7%	935.713	20,3%																		
LEILÃO ENERGIA NOVA	%																							
1.128.193	24,7%																							
935.713	20,3%																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>TERMOGACU</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>354.404</td> <td>7,8%</td> </tr> <tr> <td>360.525</td> <td>7,8%</td> </tr> </tbody> </table>	TERMOGACU	%	354.404	7,8%	360.525	7,8%																		
TERMOGACU	%																							
354.404	7,8%																							
360.525	7,8%																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>OUTROS</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>-</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	OUTROS	%	-		-																			
OUTROS	%																							
-																								
-																								

Legenda:

1º Trimestre de 2013
1º Trimestre de 2012

A energia injetada atingiu o patamar de **5.148.262 MWh** no primeiro trimestre de 2013, um crescimento de 5,94% com relação a igual período de 2012. Do total da energia injetada, 75,88% foi destinada ao consumo regulado, 9,05% para o consumo do mercado livre e 15,13% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre* apresentou um aumento expressivo de 42,81% no primeiro trimestre de 2013 com relação ao mesmo trimestre de 2012, com um consumo de 465.519 MWh. Tal crescimento se deve à saída de clientes do mercado regulado para o mercado livre.

No primeiro trimestre de 2013, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram uma redução de 0,42 ponto percentual, em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Mercado Livre – Consumidores com demanda \geq 3000KW que podem comprar de qualquer fornecedor.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. INVESTIMENTOS

	1º Trimestre 2013	
	Investimento	Subvenções
	Total	Realizadas
Distribuição	305.310	13.855
Comercialização	10	-
Administração	5.675	-
Total	310.995	13.855

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 1º trimestre de 2013 o montante de R\$ 310.995, sendo R\$ 13.855, equivalente a 4,46% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,17 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até março de 2013, a distribuidora já realizou 501.092 ligações e encontra-se em execução 15.012.

	31/03/2013
Ligações executadas até 2012	495.460
Ligações executadas no período de Jan. a Mar. de 2013	5.632
Total de ligações executadas	501.092
Em execução	15.012
Ligações Totais do Programa LPT	516.104

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO TRIMESTRE

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.923.620	1.912.007	11.613	0,61
Deduções da Receita Bruta	(485.127)	(571.461)	86.334	-15,11
Receita Líquida	1.438.493	1.340.546	97.947	7,31
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(998.795)	(875.486)	(123.309)	14,08
Resultado Bruto	439.698	465.060	(25.362)	-5,45
Outras Despesas Operacionais	(156.408)	(201.112)	44.704	-22,23
Resultado do Serviço (I)	283.290	263.948	19.342	7,33
Amortização / Depreciação	70.513	54.302	16.211	29,85
EBITDA	353.803	318.250	35.553	11,17
Resultado Financeiro (II)	(34.618)	(68.127)	33.509	-49,19
Resultado Operacional (I) + (II)	248.672	195.821	52.851	26,99
IR e CSLL	(37.437)	(32.635)	(4.802)	14,71
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	211.235	163.186	48.049	29,44
Lucro do Período	211.235	163.186	48.049	29,44

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2013 uma Receita Bruta de R\$ 1.923.620 (R\$ 1.912.007 no primeiro trimestre de 2012), representando um acréscimo de 0,61%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.438.493 (R\$ 1.340.546 no primeiro trimestre de 2012), representando um acréscimo de 7,31%.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Redução da receita com fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 64.913 (-10,12%), devido a
 - ✓ Redução de tarifa de energia conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº. 1.429, de 24 de janeiro de 2013.
- Crescimento da receita de construção em R\$ 62.099 (+25,63%) devido ao aumento de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento de outras receitas no montante de R\$ 10.340, +65,82%, em decorrência, principalmente, da receita com ressarcimento de energia no valor total de R\$ 9.907.
- Redução dos tributos de ICMS, PIS e COFINS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 7.525, R\$ 3.190 e R\$ 14.525 (-2,29%, -11,72% e -11,59%), respectivamente, em decorrência, principalmente, da redução da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Redução do encargo da quota de reserva global de - RGR no montante de R\$ 12.038 (69,12%) em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013.
- Redução do encargo conta consumo de combustível – CCC no montante de R\$ 40.024 (82,08%) em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória da Aneel nº 1429, de 24 de janeiro de 2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(533.190)	(483.802)	-49.388	10,21
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(31.739)	(67.660)	35.921	-53,09
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(2.281)	(2.281)	-	0,00
	<u>(567.210)</u>	<u>(553.743)</u>	<u>(13.467)</u>	<u>2,43</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	(64.457)	(55.169)	(9.288)	16,84
Material	(4.184)	(2.318)	(1.866)	80,50
Serviços de terceiros	(110.275)	(81.180)	(29.095)	35,84
Depreciação e amortização	(70.513)	(54.302)	(16.211)	29,85
Provisões Líquidas - PCLD	(18.223)	(70.025)	51.802	-73,98
Provisões Líquidas - Contingências	314	862	(548)	-63,57
Custo de Construção	(304.375)	(242.276)	(62.099)	25,63
Outros	(16.280)	(18.447)	2.167	-11,75
	<u>(587.993)</u>	<u>(522.855)</u>	<u>(65.138)</u>	<u>12,46</u>
Total	<u>(1.155.203)</u>	<u>(1.076.598)</u>	<u>(78.605)</u>	<u>7,30</u>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2013 correspondem a R\$ 1.155.203 (R\$ 1.076.598 no mesmo período de 2012), representando um crescimento de R\$ 78.605, equivalente a 7,30%.

Contribuíram para esse resultado:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 49.388 (+ 10,21%), devido ao aumento no volume de energia injetada de 5,94% (+288.740 MWh), em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica. Além disso, deve considerar o fato da ONS está despachando todas as Usinas Térmicas fora da ordem de mérito, visando a segurança do sistema.
- Redução do custo com encargos de uso do sistema de transmissão no montante de R\$ 35.921 (- 53,09%), devido à redução da energia transportada pela rede, bem como a redução das tarifas de uso conforme Medida Provisória 579/2012 e lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.
- Crescimento da despesa com pessoal e administradores no montante de R\$ 9.288 (+16,84%), em decorrência, principalmente de transferência de ordens em curso e reajuste salarial do dissídio coletivo a partir de novembro de 2012 com impacto nas rubricas de remunerações, encargos sociais, férias, 13º salário, dentre outros.
- Crescimento da despesa com serviços de terceiros no montante de R\$ 29.095 (+35,84%), devido, principalmente a: (i) reajuste dos serviços; (ii) aumento no volume de serviços realizados com manutenção corretiva, manutenção preventiva do sistema elétrico e manutenção de linha viva.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Redução das provisões líquidas – PCLD no montante de R\$ 51.802, em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança. Neste contexto, as ações de cobrança que se destacaram foram: (i) A atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança com volume de recuperação de R\$ 60,3 milhões em 2012. O montante recuperado supera 59,9% quando comparado com o ano anterior; (ii) Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes industrial e comercial; (iii) Aumento de 68,7% nas inclusões em órgãos restritivos de proteção a crédito (SPC e Serasa) no ano de 2012; (iv) Realização de 992 mil suspensões de fornecimento em 2012, com um incremento de 57,2% em relação a 2011; (v) 221 mil fiscalizações dos contratos cortados em 2012 (recortes).
- Aumento do custo de construção em R\$ 62.099, +25,63%, devido ao volume de investimentos. Vide comentários acima na Receita de Construção.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	1º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.365	5.491	(1.126)	(20,51)
Juros, comissões e acréscimo moratório	21.418	20.073	1.345	6,70
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	(63.684)	(71.005)	7.321	(10,31)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	3.283	(22.686)	25.969	(114,47)
Total	(34.618)	(68.127)	33.509	(49,19)

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 34.618 no primeiro trimestre de 2013, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 68.127 no mesmo período de 2012, representando uma variação positiva de R\$ 33.509.

Contribuíram para esse resultado:

- Redução da receita de aplicações financeiras em R\$ 1.126, devido à redução do saldo medido de disponibilidades e ao decréscimo do indicador de correção das aplicações (CDI) em relação ao período anterior.
- Redução de Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas), em R\$ 7.321, justificado pela queda da despesa com encargos de dívida em função de um menor volume de captações de recursos de investimento de distribuição da Companhia. No primeiro trimestre de 2013 ocorreram ingressos no montante de R\$ 9.730 e no mesmo período de 2012 ocorreram ingressos no montante de R\$ 18.308.
- Aumento de outras receitas (despesas) financeiras líquidas em R\$ 25.969, devido à apropriação da Receita Financeira da Concessão em 2013. No primeiro trimestre de 2012, foram realizados débitos financeiros oriundos da implantação do Sistema Comercial CCS, fato que não ocorreu em 2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Comentário do Desempenho COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado Até		Variação % 2013/2012
	31/03/2013	31/03/2012	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	1.923.620	1.912.007	0,61%
Receita Operacional Líquida	1.438.493	1.340.546	7,31%
EBITDA	353.803	318.250	11,17%
Resultado do Serviço	283.290	263.948	7,33%
Resultado Financeiro sem JSCP	-34.619	-68.127	-49,19%
Lucro Líquido	211.235	163.186	29,44%
Margem EBITDA (%)	24,6%	23,7%	3,60%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	31,2%	29,0%	7,66%
Margem Operacional (%)	19,7%	19,7%	0,02%
Margem Líquida (%)	14,7%	12,2%	20,63%
Indicadores Financeiros			
	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)	Variação % 2013/2012
Ativo Total	7.379.790	6.297.509	17,19%
Dívida Bruta	3.066.114	2.689.596	14,00%
Patrimônio Líquido	2.869.646	2.467.539	16,30%
Investimentos	310.995	283.531	9,69%
Dívida Total Líquida	2.817.726	2.509.107	12,30%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	2,10	1,93	8,83%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + PL)	0,50	0,50	-1,73%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,08	0,15	-42,77%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,39	0,39	-0,76%
Indicadores de Produtividade			
	31/03/2013	31/03/2012	Variação % 2013/2012
Nº de Empregados	2.514	2.503	0,44%
Nº de Consumidores	5.251.225	5.106.221	2,84%
Consumidores/Empregados	2.089	2.040	2,39%
Custos/Consumidores	-0,05	-0,05	-0,64%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	572	536	6,84%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 2,84%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando positivamente pelo aumento da receita líquida.

Conciliação EBITDA (*)	1º Trim.		Variação % 2013/2012
	2013	2012	
Lucro líquido	211.235	163.186	29,4%
Despesas financeiras	133.959	149.814	-10,6%
Receitas financeiras	-99.341	-81.687	21,6%
Imposto de renda	33.201	28.081	18,2%
Depreciação e Amortização	70.513	54.302	29,9%
Amortização de ágio	4.236	4.554	-7,0%
EBITDA	353.803	318.250	11,2%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

Comentário do DesempenhoCOMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de março de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

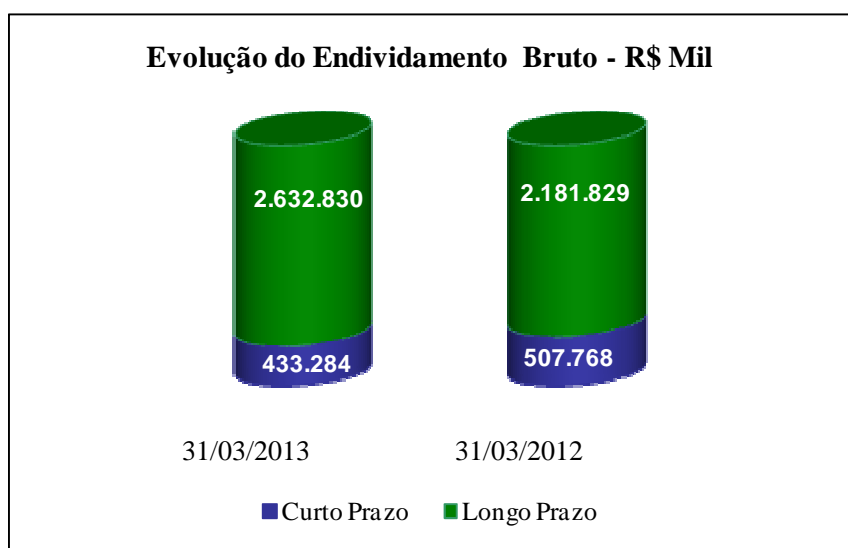
6. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 2.689.596 em 31 de março de 2012 para R\$ 3.066.114 em 31 de março de 2013. Este acréscimo de 14% ocorreu principalmente em função de novas captações e ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o primeiro trimestre de 2013 com R\$ 2.817.726 (R\$ 2.509.107 em 31 de março de 2012), 12,30% maior do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 1,93 em 31 de março de 2012 para 2,10 em 31 de março de 2013 devido ao crescimento da dívida líquida que foi superior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.



Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/03/2013	31/12/2012 <u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	180.335	252.479
Contas a receber de clientes e outros	4	870.903	987.586
Títulos e valores mobiliários	5	17.992	26.726
Recursos CDE	6	181.416	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	149.182	121.871
Estoques		12.737	14.018
Despesas pagas antecipadamente		10.423	1.637
Entidade de previdência privada		7.400	9.952
Serviços em curso	8	47.305	43.826
Outros ativos circulantes	10	39.934	31.391
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.517.627</u>	<u>1.489.486</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	116.675	133.441
Títulos e valores mobiliários	5	50.061	50.169
Impostos e contribuições a recuperar	7	76.670	75.407
Impostos e contribuições diferidos	9	181.545	181.167
Partes Relacionadas		418	257
Depósitos judiciais	11	183.956	183.748
Entidade de previdência privada		30.762	13.865
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	1.884.714	1.713.486
Outros ativos não circulantes	10	2.677	2.855
Outros investimentos		11.380	11.432
Intangível	13	3.323.305	3.245.641
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>5.862.163</u>	<u>5.611.468</u>
ATIVO TOTAL		<u>7.379.790</u>	<u>7.100.954</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	637.596	504.700
Empréstimos e financiamentos	15	329.134	290.934
Debêntures	16	104.150	185.967
Salários e encargos a pagar	17	53.960	48.395
Taxas regulamentares	18	40.978	59.199
Impostos e contribuições a recolher	19	152.856	125.218
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	167.417	167.595
Provisões	21	25.404	23.899
Outros passivos circulantes	22	140.160	113.920
TOTAL DO CIRCULANTE		1.651.655	1.519.827
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	27.913	27.397
Empréstimos e financiamentos	15	2.554.213	2.611.726
Debêntures	16	78.617	98.566
Taxas regulamentares	18	9.322	1.078
Impostos e contribuições a recolher	19	5.134	4.598
Provisões	21	148.693	140.824
Entidade de previdência privada		1.803	1.803
Partes Relacionadas		89	89
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	22	30.303	45.665
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.858.489	2.934.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	23		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.410.237	1.410.068
Outros resultados abrangentes		4.570	(6.693)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		3.391	3.391
Lucro do período		211.235	-
Total do patrimônio líquido		2.869.646	2.646.979
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.869.646	2.646.979
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.379.790	7.100.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
RECEITA LÍQUIDA	24	1.438.493	1.340.546
Custo do serviço	25	(998.795)	(875.486)
LUCRO BRUTO		439.698	465.060
Despesas com vendas	25	(92.073)	(146.567)
Despesas gerais e administrativas	25	(64.335)	(54.545)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		283.290	263.948
Resultado financeiro		(34.618)	(68.127)
Receita financeira	26	99.341	81.687
Despesa financeira	26	(133.959)	(149.814)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		248.672	195.821
Imposto de renda e contribuição social		(37.437)	(32.635)
Corrente		(95.989)	(54.217)
Diferido		10.416	(6.122)
Incentivo SUDENE		52.372	32.258
Amortização do ágio e reversão PMIPL		(4.236)	(4.554)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		211.235	163.186
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		1,09	0,84
Preferencial A		1,09	0,84
Preferencial B		1,20	0,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
		<u>(Reapresentado)</u>
Lucro do período	211.235	163.186
Outros resultados abrangentes		
Efeitos CPC 33 (R1)	17.065	33.279
Tributos s/ Efeitos CPC 33 (R1)	(5.802)	(11.315)
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	6.480
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	(2.207)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	11.263	26.237
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>222.498</u>	<u>189.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros					Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Agro	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros A Realizar	Outras Reservas de Lucros				
Capital Social	542.163	18.569	339.052	340.429	108.433	616.687	108.433	448	28.244	284.091	2.278.116
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	108.433	616.687	108.433	448	28.244	284.091	2.278.116
Lucro Líquido do Período											163.186
Efeitos CPC 33 (R1)											33.279
Tributos s/ Efeitos CPC 33 (R1)											(11.315)
Ajustes ativos financeiros da Concessão											6.480
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão											(2.207)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda											26.237
Saldo em 31 de março de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	108.433	616.687	108.433	448	54.481	284.091	2.407.539
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	108.433	757.788	110.118	875	(6.693)	3.391	2.646.979
Reversão de Dividendos / ISCF prescritos											169
Transações de Capital com os Sócios											169
Lucro Líquido do Período										211.235	211.235
Efeitos CPC 33 (R1)											17.065
Tributos s/ Efeitos CPC 33 (R1)											(5.802)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda											11.263
Saldo em 31 de março de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	108.433	757.788	110.118	1.044	4.570	3.391	2.809.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)
Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	248.672	195.821
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	72.531	56.577
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	68.353	73.280
Valor justo do ativo financeiro	(14.977)	-
Perda com baixa do ativo intangível em curso	3.863	1.246
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	8.891	5.353
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.806	70.024
	404.139	402.301
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	116.643	(29.757)
IR e CSLL a Recuperar	(21.701)	(15.217)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(6.874)	(6.830)
Estoques	1.281	1.737
Subvenções / Recursos CDE	(181.416)	-
Depósitos judiciais	(208)	(10.095)
Despesas pagas antecipadamente	(8.786)	(9.282)
Entidade de previdência privada	2.720	2.249
Partes Relacionadas	(161)	25
Outros ativos	(20.313)	(17.922)
	(118.815)	(85.092)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	133.412	12.224
Salários e encargos a pagar	5.565	3.580
Encargos de dívidas e swap pagos	(48.088)	(40.956)
Taxas regulamentares	(9.977)	1.280
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	13.353	22.469
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(28.794)	(12.370)
Partes Relacionadas	-	9
Indenizações/contingências pagas	(9.033)	(5.935)
Outras passivos	10.879	(75.164)
	67.317	(94.863)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	352.641	222.346
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	52	1.564
Aquisição de intangível	(310.995)	(283.531)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(22.569)	(36.908)
Resgate de títulos e valores mobiliários	32.379	37.540
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(301.133)	(281.335)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	9.730	18.308
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(41.984)	(43.035)
Amortização do principal de debêntures	(100.543)	(17.868)
Obrigações vinculadas	9.155	45.216
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(10)	(27.958)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(123.652)	(25.337)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(72.144)	(84.326)
Caixa e equivalentes no início do período	252.479	180.756
Caixa e equivalentes no final do período	180.335	96.430
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(72.144)	(84.326)

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
RECEITAS		
Vendas de energia, serviços e outros	1.923.620	1.912.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.223)	(70.025)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(471)	(3.469)
	<u>1.904.926</u>	<u>1.838.513</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda	(580.098)	(530.037)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(36.185)	(73.744)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(430.220)	(336.387)
	<u>(1.046.503)</u>	<u>(940.168)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	858.423	898.345
Amortização	(72.532)	(56.754)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	785.891	841.591
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	99.341	81.687
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	885.232	923.278
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	32.439	29.802
Encargos sociais (exceto INSS)	8.428	7.149
Entidade de previdência privada	2.444	2.284
Auxílio alimentação	3.943	3.469
Convênio assistencial e outros benefícios	999	832
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	4.527	7.320
Férias e 13º salário	8.584	9.519
Plano de saúde	3.430	3.314
Indenizações trabalhistas	1.786	(93)
Participação nos resultados	4.684	3.833
Administradores	615	593
Encerramento de ordem em curso	488	355
(-) Transferência para ordens	(15.892)	(20.665)
Subtotal	56.475	47.712
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	7.982	7.457
ICMS	320.390	327.915
PIS/COFINS sobre faturamento	81.363	97.530
Imposto de renda e contribuição social	37.437	32.635
Obrigações intra-setoriais	31.097	91.733
Outros	4.076	4.076
Subtotal	482.345	561.346
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	133.959	149.814
Aluguéis	1.218	1.220
Subtotal	135.177	151.034
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	211.235	163.186
Subtotal	211.235	163.186
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	885.232	923.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 13/05/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1. Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos três meses findos em 31 de março de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Review.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

2.2. Base de preparação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto pela aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme disposto a seguir:

Aplicação CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano.

A seguir estão apresentados os efeitos sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 31 de março e 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentados meramente para fins de comparabilidade e não produzem efeitos acerca dos saldos divulgados e aprovados anteriormente.

	Balanco Patrimonial								
	01/01/2012			31/03/2012			31/12/2012		
	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado	Publicado	Efeito CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO									
CIRCULANTE	1.350.681		1.350.681	1.436.087		1.436.087	1.489.486		1.489.486
NÃO CIRCULANTE	4.650.923	(19.821)	4.631.102	4.859.279	2.143	4.861.422	5.618.161	(6.693)	5.611.468
ATIVO TOTAL	6.001.604		5.981.783	6.295.366		6.297.509	7.107.647		7.100.954
PASSIVO									
CIRCULANTE	1.259.624		1.259.624	1.435.174		1.435.174	1.519.827		1.519.827
NÃO CIRCULANTE	2.444.043		2.444.043	2.394.796		2.394.796	2.934.148		2.934.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.297.937	(19.821)	2.278.116	2.465.396	2.143	2.467.539	2.653.672	(6.693)	2.646.979
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	6.001.604		5.981.783	6.295.366		6.297.509	7.107.647		7.100.954

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Em 01/01/2012						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	725.569	48.065	-	284.090	2.297.937
Efeitos CPC 33 (R1)				(19.821)			(19.821)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	725.569	28.244	-	284.090	2.278.116

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Em 31/03/2012						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	725.569	52.338	163.186	284.090	2.465.396
Efeitos CPC 33 (R1)				2.143			2.143
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	725.569	54.481	163.186	284.090	2.467.539

	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Em 31/12/2012						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.410.068	-	-	3.391	2.653.672
Efeitos CPC 33 (R1)				(6.693)			(6.693)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	1.410.068	(6.693)	-	3.391	2.646.979

2.3. Representação das cifras comparativas

As informações contábeis para o trimestre findo em 31 de março de 2012 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.

A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/03/12	
	Demonstração do Resultado	
	Publicado	Reapresentado
Custo do serviço	(921.992)	(875.486)
Despesas com vendas	(100.061)	(146.567)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	48.170	42.382
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.277	1.663
Fundos de investimento	<u>130.888</u>	<u>208.434</u>
	<u><u>180.335</u></u>	<u><u>252.479</u></u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 97% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Consumidores	(a)	1.158.899	1.236.632
Títulos a receber		1.947	1.728
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.830	47.432
Disponibilização do sistema de distribuição		20.802	23.650
Serviços prestados a terceiros		10.996	11.733
Serviços taxados e administrativos		12.432	12.824
Subvenções	(c)	64.609	59.123
Outros créditos		23.903	31.939
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	<u>(320.840)</u>	<u>(304.034)</u>
Total		<u><u>987.578</u></u>	<u><u>1.121.027</u></u>
Circulante		870.903	987.586
Não circulante		116.675	133.441

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	207.391	132.667	216.292	556.350	571.091	(267.445)	(253.818)
Industrial	58.167	7.664	13.387	79.218	98.891	(4.091)	(4.138)
Comercial, serviços e outras	108.875	31.533	42.319	182.727	197.564	(15.148)	(14.226)
Rural	29.050	8.762	23.846	61.658	63.398	(6.322)	(6.418)
	<u>403.483</u>	<u>180.626</u>	<u>295.844</u>	<u>879.953</u>	<u>930.944</u>	<u>(293.006)</u>	<u>(278.600)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	4.658	710	1.098	6.466	6.854	(398)	(398)
Estadual	7.546	5.577	966	14.089	13.058	(2)	(2)
Municipal	13.453	8.346	3.228	25.027	24.308	(26)	(8)
	<u>25.657</u>	<u>14.633</u>	<u>5.292</u>	<u>45.582</u>	<u>44.220</u>	<u>(426)</u>	<u>(408)</u>
Iluminação pública	22.260	6.504	3.287	32.051	35.299	(78)	(43)
Serviço público	32.168	6.804	4.776	43.748	46.139	(747)	(514)
Fornecimento não faturado	157.565	-	-	157.565	180.030	-	-
Total	<u>641.133</u>	<u>208.567</u>	<u>309.199</u>	<u>1.158.899</u>	<u>1.236.632</u>	<u>(294.257)</u>	<u>(279.565)</u>
Circulante				1.046.774	1.107.860	(294.257)	(279.565)
Não circulante				112.125	128.772	-	-

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções**Baixa Renda – Tarifa Social**

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 52.883 (R\$ 59.123 em 31 de dezembro de 2012), relativo às subvenções dos meses de fevereiro e março de 2013.

CDE

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. O saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 11.726 relativo à subvenção de março de 2013.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(304.783)	(950)	(23.363)	(329.096)
Reversões	152.053	1.014	13.434	166.501
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(279.565)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>(22.961)</u>	<u>(304.034)</u>
Adições	(46.011)	(813)	(2.244)	(49.068)
Reversões	29.904	817	126	30.847
Baixados a reserva	1.415	-	-	1.415
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>(294.257)</u></u>	<u><u>(1.504)</u></u>	<u><u>(25.079)</u></u>	<u><u>(320.840)</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/13	31/12/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	5.822	8.179
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	mai-14 / jul-14	CDIC	1.004	1.045
Banco Nordeste do Brasil	(c)	LFT	mar-18	CDI	44.614	43.927
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	5.066	11.684
Bradesco	(a)	LFT	dez-13	CDI	17	16
Bradesco	(a)	CDB	jun-13 / set-13 / abr-14	CDI	2.183	2.184
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	jun-13 / jan-13 / jan-14 / fev-14 dez-14 / jan-15 / fev-15 / fev-17	CDI	6.822	7.374
Votorantim	(a)	CDB	jun-13	CDI	2.525	2.486
Total					68.053	76.895
Circulante					17.992	26.726
Não circulante					50.061	50.169

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

(d) Caracterizado pelas duas naturezas descritas acima.

(e) Caracterizado pelas duas naturezas descritas acima.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	35.294
Aplicações	174.358
Resgates	(135.392)
Remuneração	2.635
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.895
Aplicações	22.569
Resgates	(32.379)
Remuneração	968
Saldo em 31 de março de 2013	68.053

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

6. RECURSOS CDE

	Ref.	31/03/13
Encargos do serviço do sistema	(a)	73.186
Risco hidrológico	(b)	67.484
Frustração de cotas	(c)	40.746
Total		181.416

Em outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termelétricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à Aneel a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

- a) Encargo do Serviço do Sistema: custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- b) Risco Hidrológico: valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e
- c) Frustração de cotas: custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A ANEEL através do Despacho 1.312, de 30 de abril de 2013, homologou os valores definitivos da CDE referentes aos ajustes de janeiro de 2013 e as competências de fevereiro e março de 2013 a serem repassadas pela Eletrobrás até 06 de maio de 2013, às concessionárias de distribuição com recursos CDE, publicado no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2013.

Conforme decisão da Diretoria da ANEEL, de 09 de abril de 2013, a CCEE divulgou Calendário Operacional – CO 156/13, informando que as contabilizações de fevereiro e março/13 foram processadas individualmente e que o aporte de garantias e a liquidação financeira dessas operações ocorreram de forma unificada em 07 de maio de 2013.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	45.118	35.699
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	23.515	11.234
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	52.400	55.226
Programa de integração social - PIS	(c)	6.848	3.012
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	18.911	13.901
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.583	1.537
Outros		807	1.262
		<u>149.182</u>	<u>121.871</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	74.257	72.994
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		<u>76.670</u>	<u>75.407</u>
Total		<u>225.852</u>	<u>197.278</u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 125.601 (R\$ 118.397 em 31 de dezembro de 2012).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 1.057 (R\$ 9.823 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 21 – Provisões.

8. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Serviço próprio	7.131	5.898
Serviços prestados a terceiros	40.174	37.928
Total	<u>47.305</u>	<u>43.826</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(4.586)	(9.201)
Diferido ativo		110.879	104.452
Diferido passivo		(115.465)	(113.653)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	186.131	190.368
Total		<u>181.545</u>	<u>181.167</u>
Não circulante		181.545	181.167

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Passivo (-)			
	31/03/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(2.995)	(813)	(10.601)	(2.715)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(41.921)	<u>(3.773)</u>	(72.072)	<u>(6.486)</u>
Total		<u><u>(4.586)</u></u>		<u><u>(9.201)</u></u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/03/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.032	35.032	32.829	32.829
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	156.618	156.618	147.244	147.244
Provisão PLR	20.320	20.320	15.640	15.640
Incentivo fiscal Sudene	39.566	-	62.113	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Ativos e passivos regulatórios	44.367	44.367	15.576	15.576
Outros	<u>34.201</u>	<u>34.201</u>	<u>33.607</u>	<u>33.607</u>
Total Ativo	<u><u>337.100</u></u>	<u><u>297.534</u></u>	<u><u>314.005</u></u>	<u><u>251.892</u></u>
	Passivo (-)			
Precatório Finsocial/PAES	(4.240)	(4.240)	(4.154)	(4.154)
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	(9.177)	(9.177)	(9.171)	(9.171)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(193.903)	(193.263)	(178.927)	(178.285)
Ajuste da quota anual de amortização	(20.978)	(20.978)	(20.234)	(20.234)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(65.137)	(65.137)	(65.947)	(65.947)
Déficit plano previdenciário	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(37.913)	(37.913)	(23.401)	(23.401)
Ativos e passivos regulatórios	-	-	(13.119)	(13.119)
Custo de captação	<u>(8.439)</u>	<u>(8.439)</u>	<u>(9.345)</u>	<u>(9.345)</u>
Total Passivo	<u><u>(340.095)</u></u>	<u><u>(339.455)</u></u>	<u><u>(324.606)</u></u>	<u><u>(323.964)</u></u>
Total Líquido	<u><u>(2.995)</u></u>	<u><u>(41.921)</u></u>	<u><u>(10.601)</u></u>	<u><u>(72.072)</u></u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subseqüentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Ref.	Período de três meses findos em			
	31/03/13		31/03/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	248.672	248.672	195.821	195.821
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.236)	(4.236)	(4.554)	(4.554)
Ajustes decorrentes do RTT	30.511	30.511	(15.227)	(15.227)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	274.947	274.947	176.040	176.040
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	68.737	24.745	44.010	15.844
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	6	-	4
Contribuições e doações	1	-	17	6
Multas indedutíveis	34	12	520	187
Depreciação veículos executivos	11	4	18	7
Outras adições	100	26	703	251
	146	48	1.258	455
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.056)	(740)	(2.210)	(796)
Incentivo fiscal SUDENE	(52.372)	-	(32.258)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(591)	-	(583)	-
	(55.019)	(740)	(35.051)	(796)
Imposto de renda e contribuição social no período	13.864	24.053	10.217	15.503
Diferido de diferença temporária de RTT	(1.977)	(2.740)	987	1.374
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.887	21.313	11.204	16.877
Corrente	18.055	25.562	7.451	14.508
Recolhidos e Pagos	7.505	11.700	4.043	8.327
Á pagar	10.548	13.862	3.408	6.181
Impostos antecipados a recuperar	2	-	-	-
Diferido	(6.168)	(4.249)	3.753	2.369
	11.887	21.313	11.204	16.877

Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) , 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes

10. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		7.486	4.602
Adiantamentos a fornecedores		11.262	7.662
Serviços prestados a terceiros		3.152	1.694
Alienações em curso		53	59
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	4.240	4.154
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	6.933	6.640
Cobrança extra judicial		519	665
Uso mútuo de postes		4.425	4.344
Sub-rogação CCC		1.586	1.651
Outros créditos a receber		2.955	2.775
Total		<u>42.611</u>	<u>34.246</u>
Circulante		39.934	31.391
Não circulante		2.677	2.855

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as oito primeiras parcelas anuais.
- (b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Trabalhistas		103.708	97.212
Cíveis		55.700	52.262
Fiscais:		20.567	30.594
PIS / COFINS		2.146	12.416
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	8.048	7.928
Impostos municipais	(b)	2.265	2.237
ICMS	(c)	5.956	5.882
INSS		672	666
Outros		1.480	1.465
Outros		3.981	3.680
Total		<u>183.956</u>	<u>183.748</u>

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (b)** Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		659.635
Baixas		(584)
Transferências		948.505
Atualização monetária		<u>105.930</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>1.713.486</u>
Baixas		(141)
Transferências	(a)	156.392
Atualização monetária		<u>14.977</u>
Saldo em 31 de março de 2013		<u><u>1.884.714</u></u>

- (a)** Transferência do intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 156.409, líquida da transferência para o intangível em serviço em decorrência de reclassificação no montante de R\$ 18.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

13. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/2013				31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,79%	4.215.182	(1.254.437)	(288.912)	2.671.833	2.554.390
Em curso						
Direito de uso da concessão		584.783	-	66.689	651.472	691.251
Total		4.799.965	(1.254.437)	(222.223)	3.323.305	3.245.641

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	600.743	87.343	688.086	3.280.862
Adições	-	-	-	-	1.406.501	(237.928)	1.168.573	1.168.573
Baixas	(54.681)	47.863	-	(6.818)	(7.666)	-	(7.666)	(14.484)
Amortizações	-	(332.565)	85.307	(247.258)	-	-	-	(247.258)
Transferências - Intangíveis	813.753	-	(83.061)	730.692	(813.753)	83.061	(730.692)	-
Transferências - Ativos financeiros	(607.182)	-	91.782	(515.400)	(520.931)	87.826	(433.105)	(948.505)
Transferências - Outros	-	-	398	398	(5.156)	11.211	6.055	6.453
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.025.807	(1.181.223)	(290.194)	2.554.390	659.738	31.513	691.251	3.245.641
Adições	-	-	-	-	310.995	(9.155)	301.840	301.840
Baixas	(20.787)	18.223	-	(2.564)	(1.158)	-	(1.158)	(3.722)
Amortizações	-	(91.437)	22.767	(68.670)	-	-	-	(68.670)
Transferências - Intangíveis	210.144	-	(21.485)	188.659	(210.144)	21.485	(188.659)	-
Transferências - Ativos financeiros	18	-	-	18	(176.612)	20.202	(156.410)	(156.392)
Transferências - Outros	-	-	-	-	1.964	2.644	4.608	4.608
Saldos em 31 de março de 2013	4.215.182	(1.254.437)	(288.912)	2.671.833	584.783	66.689	651.472	3.323.305

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Fornecedores	31/03/13	31/12/12
Energia elétrica:	445.495	321.656
Terceiros	400.486	275.726
Partes relacionadas	45.009	45.930
Encargos de uso da rede	37.209	31.019
Terceiros	35.178	28.968
Partes relacionadas	2.031	2.051
Materiais e serviços	154.892	152.025
Terceiros	154.562	151.609
Partes relacionadas	330	416
Energia livre	27.913	27.397
Total	<u>665.509</u>	<u>532.097</u>
Circulante	637.596	504.700
Não circulante	27.913	27.397

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/03/13	31/12/12
Moeda nacional								
BNB			1.593	-	65.864	255.023	322.480	339.021
(-) Custos de transação		10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	(861)	(1.572)	(2.433)	(2.675)
			1.593	-	65.003	253.451	320.047	336.346
BNDES FINEM			2.215	-	146.574	585.066	733.855	741.778
(-) Custos de transação		TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	-	-	(23)	(10)	(33)	(41)
			2.215	-	146.551	585.056	733.822	741.737
Eletrobrás			711	-	24.953	149.622	175.286	180.906
(-) Custos de transação		5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	(227)	(964)	(1.191)	(1.250)
			711	-	24.726	148.658	174.095	179.656
FINEP			103	-	9.644	37.771	47.518	49.940
(-) Custos de transação		5,27% a.a. a 5,34% a.a.	-	-	(104)	(181)	(285)	(315)
			103	-	9.540	37.590	47.233	49.625
Banco do Brasil			554	39.468	-	405.580	445.602	450.121
(-) Custos de transação		13,55% a.a. / 13,76% a.a.	-	-	(1.408)	(1.359)	(2.767)	(3.109)
Operações com swap			-	-	-	(14.044)	(14.044)	(14.757)
			554	39.468	(1.408)	390.177	428.791	432.255
BONDS BRL			19.975	-	-	400.000	419.975	408.225
(-) Custos de transação		12,19% a.a. a 12,28% a.a.	-	-	(865)	(1.795)	(2.660)	(2.877)
			19.975	-	(865)	398.205	417.315	405.348
Total moeda nacional			25.151	39.468	243.547	1.813.137	2.121.303	2.144.967
Moeda estrangeira								
Títulos Externos		Libor + 1,875% a.a	1.801	-	5.434	299.760	306.995	310.745
Operações com swap		106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	-	13.814	(33.035)	(19.221)	(27.489)
			1.801	-	19.248	266.725	287.774	283.256
BANK OF AMERICA			377	-	7.883	384.705	392.965	401.252
Operações com swap			-	-	23.077	(7.689)	15.388	6.752
			377	-	30.960	377.016	408.353	408.004
Banco Tokio			51	-	1.104	92.916	94.071	95.860
Operações com swap		110% do CDI	-	-	6.895	2.242	9.137	7.316
			51	-	7.999	95.158	103.208	103.176
Total moeda estrangeira			2.229	-	58.207	738.899	799.335	794.436
(-) Garantias depósitos vinculados			-	-	-	(37.291)	(37.291)	(36.743)
Total			27.380	39.468	301.754	2.514.745	2.883.347	2.902.660

(a) Captações e renegociações de recursos no trimestre:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 9.730 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os Títulos Externos, os empréstimos em moeda estrangeira com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Empréstimos em moeda estrangeira, com base na lei 4131: Bank of América, N.A. e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. – Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	31/03/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	521.180	(2.444)	518.736	584.918	(3.288)	581.630
2015	640.173	(1.944)	638.229	635.552	(1.944)	633.608
2016	626.707	(808)	625.899	624.728	(808)	623.920
2017	515.952	(327)	515.625	513.973	(327)	513.646
2018	250.489	(149)	250.340	253.140	(149)	252.991
Após 2018	42.886	(211)	42.675	42.885	(211)	42.674
Total obrigações	<u>2.597.387</u>	<u>(5.883)</u>	<u>2.591.504</u>	<u>2.655.196</u>	<u>(6.727)</u>	<u>2.648.469</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(37.291)			(36.743)
Total			<u>2.554.213</u>			<u>2.611.726</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	280.726	1.724.472	32.247	250.123	2.287.568
Ingressos	-	344.755	-	519.505	864.260
Encargos	171.898	14.687	8.337	-	194.922
Varição monetária e cambial	-	-	478	16.525	17.003
Swap	-	(4.683)	8.762	(7.476)	(3.397)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(46)	(354)	(6.732)	(7.132)
Transferências	214.347	(221.368)	32.283	(32.283)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(435.344)	-	(26.979)	-	(462.323)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.228	-	-	15.228
(-) Custos de transação	4.533	(981)	-	-	3.552
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>236.160</u>	<u>1.872.064</u>	<u>54.774</u>	<u>739.662</u>	<u>2.902.660</u>
Ingressos	-	9.730	-	-	9.730
Encargos	39.283	3.888	4.048	-	47.219
Varição monetária e cambial	-	-	(20)	(11.880)	(11.900)
Swap	-	(358)	10.121	11.244	21.007
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(1.458)	(3.212)	3.319	(1.351)
Transferências	68.004	(68.004)	3.446	(3.446)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(75.645)	-	(8.721)	-	(84.366)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(548)	-	-	(548)
(-) Custos de transação	896	-	-	-	896
Saldos em 31 de março de 2013	<u>268.698</u>	<u>1.815.314</u>	<u>60.436</u>	<u>738.899</u>	<u>2.883.347</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

16. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	31/03/13				31/12/12
						Encargos		Principal		Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		108	5.962	-	6.070	12.595
Operações com swap					IGPM+13,95	-	15.939	-	15.939	30.719
						108	21.901	-	22.009	43.314
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		3.700	78.641	78.676	161.017	158.235
(-) Custos de transação						-	(200)	(59)	(259)	(326)
						3.700	78.441	78.617	160.758	157.909
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)
						-	-	-	-	83.310
Total						3.808	100.342	78.617	182.767	284.533

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/03/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	78.676	(59)	78.617	98.659	(93)	98.566

A mutação das debêntures é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.932	272.532	375.464
Encargos	27.313	-	27.313
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	177.557	(177.557)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(125.589)	-	(125.589)
(-) Custos de transação	472	-	472
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>185.967</u>	<u>98.566</u>	<u>284.533</u>
Encargos	3.200	-	3.200
Variação monetária e cambial	(92)	(46)	(138)
Swap	850	483	1.333
Efeito cumulativo marcação a mercado	22	(3)	19
Transferências	20.383	(20.383)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(106.249)	-	(106.249)
(-) Custos de transação	69	-	69
Saldos em 31 de março de 2013	<u><u>104.150</u></u>	<u><u>78.617</u></u>	<u><u>182.767</u></u>

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Salários	3.350	3.179
Encargos sociais	7.538	7.638
Provisões férias e 13º salário	20.362	18.310
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.962	3.400
Provisão PLR	20.320	15.641
Outros	428	227
Total	<u><u>53.960</u></u>	<u><u>48.395</u></u>

18. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	5.378	-
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	8.740
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		877	3.162
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.380	1.842
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	34.694	35.898
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	7.199	7.330
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		760	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	2.190
Ministério de Minas e Energia - MME		12	355
Total		<u><u>50.300</u></u>	<u><u>60.277</u></u>
Circulante		40.978	59.199
Não circulante		9.322	1.078

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Em 27 de março de 2013, através do despacho nº 913, a ANEEL fixou os valores correspondentes à última quota de RGR e estabeleceu o recolhimento em parcela única em abril de 2013.
- (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante		
Imposto de renda - IR	23.315	4.891
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	25.563	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	44.374	49.171
Programa de integração social - PIS	7.315	8.564
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	32.626	38.662
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9.385	9.810
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	951	1.053
Imposto sobre serviços - ISS	4.424	4.403
Outros	4.903	8.664
	<u>152.856</u>	<u>125.218</u>
Não circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.312	3.854
Programa de integração social - PIS	312	309
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	436	435
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	74	-
	<u>5.134</u>	<u>4.598</u>
Total	<u>157.990</u>	<u>129.816</u>

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar acumulada até o primeiro trimestre de 2013, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	167.595
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Pagos no período	(10)
Prescritos	(168)
Saldos em 31 de março de 2013	<u>167.417</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 25.404, classificadas no passivo circulante (R\$ 23.899 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 148.693 no não circulante (R\$ 140.824 em 31 de dezembro de 2012) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	87.599	47.914	11.423	17.787	164.723
Constituição	5.853	5.325	172	-	11.350
Baixas/reversão	(6.288)	(5.175)	(29)	-	(11.492)
Atualização	5.661	2.686	239	930	9.516
Saldos em 31 de março de 2013	<u>92.825</u>	<u>50.750</u>	<u>11.805</u>	<u>18.717</u>	<u>174.097</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/03/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	54.682	1ª, 2ª e 3ª	Provável	54.682	49.241
	191.342	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	54.130	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	32.815	1ª, 2ª e 3ª	Provável	32.815	32.338
	185.008	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	53.267	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	5.328	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.328	6.020
	51.778	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	15.375	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>643.725</u>			<u>92.825</u>	<u>87.599</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/13	31/12/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	11.554	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.554	11.192
Indenização por perdas	(b)	38.162	1ª, 2ª e 3ª	Provável	38.162	35.623
		552.397	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.060	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		360	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. energia e produtos	(c)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		17.105	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.389	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	(c)	759	1ª, 2ª e 3ª	Provável	759	826
		49.242	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.406	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		77	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(c)	272	1ª, 2ª e 3ª	Provável	272	270
		3.963	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		352	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>706.101</u>			<u>50.750</u>	<u>47.914</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/13	31/12/12
ICMS	(a)	146	1ª, 2ª e 3ª	Provável	146	145
		114.367	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.202	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.202	2.177
		18.868	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		4.926	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	11.211	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		1.154	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.416	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS		18.459	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS	(f)	31.076	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(g)	5.677	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.962	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	428.335	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	5.120	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.120	5.090
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	4.543	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		282	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	5.175	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.898	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(m)	4.926	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		4.333	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.333	4.007
		1.208	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>683.914</u>			<u>11.805</u>	<u>11.423</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como provável.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis as contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(l) CIDE

(l.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(l.2) Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(m) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/03/13	31/12/12
Auto de Infração ANEEL	(a)	18.717	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18.717	17.787
	(b)	9.987	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>28.704</u>			<u>18.717</u>	<u>17.787</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) Termo de Notificação referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL.
- (b) Termo de Notificação referente à troca do sistema comercial SAP/CCS e a cobrança, nesse período, aos consumidores de energia utilizando a média de consumo. A Companhia ingressou em 12/09/2011 com ação ordinária contra essa autuação.

22. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/03/13	31/12/12
Consumidores	(a)	37.775	33.558
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	9.325	10.497
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		3.689	2.791
Convênios		202	209
Caução em garantia	(c)	86.023	76.763
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		109	108
Adiantamentos recebidos		24.640	23.977
Outras		8.445	11.475
Total		<u>170.463</u>	<u>159.585</u>
Circulante		140.160	113.920
Não circulante		30.303	45.665

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital**a) Reserva Especial de Ágio**

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de três meses findo em 31 de março de 2013 o valor de R\$ 52.372 (R\$ 32.258 em 31 de março de 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	Período de três meses findos em	
		31/03/2013	31/03/2012
Fornecimento de energia	(a)	576.760	641.673
Receita de distribuição		501.011	490.084
Remuneração financeira wacc		75.749	151.589
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	-	2.431
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.016.435	1.009.917
Receita de distribuição		1.012.713	1.005.989
Remuneração financeira wacc		3.722	3.928
Receita de construção da infraestrutura da concessão		304.375	242.276
Outras receitas	(d)	26.050	15.710
Total receita bruta		1.923.620	1.912.007
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(485.127)	(571.461)
Total receita operacional líquida		1.438.493	1.340.546

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Consumidores:						
Residencial	4.609.768	4.488.579	1.565.451	1.432.832	700.599	699.019
Industrial	19.909	20.368	625.913	742.263	175.093	228.699
Comercial	320.261	311.940	778.755	750.666	367.111	376.449
Rural	205.417	199.723	348.308	298.243	69.034	65.807
Poder público	46.140	46.633	167.579	158.488	68.962	69.902
Iluminação pública	16.251	16.036	202.219	187.148	38.477	39.179
Serviço público	9.806	8.976	211.483	204.439	46.482	47.696
Consumo próprio	425	373	3.994	3.794	-	-
Suprimento	1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(22.465)	6.558
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(973.098)	(968.206)
					470.195	565.103
Subvenções					106.565	76.570
Total					576.760	641.673

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	43.337	41.710
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	973.098	968.207
	<u>1.016.435</u>	<u>1.009.917</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras Receitas

	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
Renda da prestação de serviços	4.740	3.281
Arrendamentos e aluguéis	6.873	6.965
Serviço taxado	2.937	2.074
Taxa de iluminação pública	1.347	1.281
Administração de faturas de fraudes	80	1.067
Comissão serviços de terceiros	976	1.042
Ressarcimento Energia	9.097	-
	<u>26.050</u>	<u>15.710</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(e) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
IMPOSTOS:		
ICMS	(320.390)	(327.915)
PIS	(24.030)	(27.220)
COFINS	(110.797)	(125.322)
ISS	(1.094)	(1.552)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(5.378)	(17.416)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.631)	(9.487)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(8.740)	(48.764)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.071)	(5.014)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.029)	(2.003)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.014)	(1.001)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.029)	(2.003)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(3.004)
Outros	(1.924)	(760)
Total	(485.127)	(571.461)

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	31/03/13			31/03/12	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(19.094)	(13.922)	(28.266)	(61.282)	(52.178)
Administradores	-	-	(731)	(731)	(707)
Entidade de previdência privada	(1.158)	(495)	(791)	(2.444)	(2.284)
Material	(3.568)	(342)	(274)	(4.184)	(2.318)
Serviços de terceiros	(45.165)	(44.517)	(20.593)	(110.275)	(81.180)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.281)	-	-	(2.281)	(2.281)
Energia elétrica comprada para revenda	(533.190)	-	-	(533.190)	(483.802)
Encargos de uso do sistema transmissão	(31.739)	-	-	(31.739)	(67.660)
Depreciação e amortização	(56.835)	(11.780)	(1.898)	(70.513)	(54.302)
Arrendamentos e aluguéis	(166)	(21)	(940)	(1.127)	(1.125)
Tributos	(190)	(1.773)	(1.019)	(2.982)	(2.524)
Provisões líquidas - PCLD	-	(16.808)	-	(16.808)	(54.355)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(1.415)	-	(1.415)	(15.670)
Provisões líquidas - soringências	-	-	314	314	862
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(304.375)	-	-	(304.375)	(242.276)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(471)	(471)	(3.469)
Outros	(1.034)	(1.000)	(9.666)	(11.700)	(11.329)
Total custos / despesas	(998.795)	(92.073)	(64.335)	(1.155.203)	(1.076.598)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
 31 de março de 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
Renda de aplicações financeiras	4.365	5.491
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	21.418	20.073
Variação monetária	8.849	8.480
Variação cambial	29.519	26.459
Operações swap	17.044	17.888
Receita Financeira da Concessão	14.977	-
Outras receitas financeiras	3.169	3.296
Total	99.341	81.687

Despesa Financeira	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
Encargos de dívida	(43.593)	(48.041)
Variação monetária	(18.069)	(24.178)
Variação cambial	(17.449)	(17.696)
Operações swap	(39.985)	(33.917)
Multas regulatórias	(11.940)	(12.396)
Outras despesas financeiras	(2.923)	(13.586)
Total	(133.959)	(149.814)

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/13			31/12/12			31/03/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	b)	Uso da Rede	-	337	(1.356)	-	347	-	-	(2.308)	
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	585	-	-	685	-	-	-	-	
			585	337	(1.356)	685	347	-	-	(2.308)	
COSERN	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	92	-	-	107	-	-	-	-	
			92	-	-	107	-	-	-	-	
TERMOVERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	11.376	(20.612)	-	11.676	-	-	(19.587)	
			-	11.376	(20.612)	-	11.676	-	-	(19.587)	
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	22	-	61	31	-	-	-	37	
	a)	Energia comprada	-	27.722	(80.521)	-	27.646	-	-	(78.650)	
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	918	-	-	1.076	-	-	-	-	
			940	27.722	(80.460)	1.107	27.646	-	-	(78.613)	
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	789	(4.623)	-	2.104	-	-	(5.802)	
		Reembolso de despesa	-	-	-	2	-	-	-	-	
			-	789	(4.623)	2	2.104	-	-	(5.802)	
BAGUARI I	g)	Energia comprada	-	424	(925)	-	400	-	-	(847)	
			-	424	(925)	-	400	-	-	(847)	
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	58	-	177	64	-	-	-	184	
			58	-	177	64	-	-	-	184	
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	146	(308)	-	138	-	-	(287)	
			-	146	(308)	-	138	-	-	(287)	
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	101	-	101	-	-	-	-	37	
			101	-	101	-	-	-	-	37	
GOIAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	396	(570)	-	252	-	-	(525)	
			-	396	(570)	-	252	-	-	(525)	
SE NARANDIBA	c/d)	Uso da Rede	-	399	(900)	-	382	-	-	(796)	
			-	399	(900)	-	382	-	-	(796)	
AFLUENTE GERAÇÃO	b)	Energia comprada	-	1.979	(5.748)	-	1.979	-	-	(5.724)	
	c)	Uso da Rede	84	-	280	91	-	-	-	262	
			84	1.979	(5.468)	91	1.979	-	-	(5.462)	
AFLUENTE TRANSMISSÃO	c/d)	Energia fornecida	-	-	-	8	-	-	-	20	
		Uso da Rede	-	1.295	(2.916)	-	1.322	-	-	(2.692)	
	e)	Aluguel/Comodato	-	2	(4)	-	2	-	-	(6)	
			-	1.298	(2.920)	8	1.324	-	-	(2.678)	
ÁGUAS DA PEDRA	a.1)	Energia comprada	-	1.795	(3.918)	-	1.735	-	-	(3.609)	
			-	1.795	(3.918)	-	1.735	-	-	(3.609)	
MEL 2	a.2)	Energia comprada	-	111	166	-	-	-	-	-	
			-	111	166	-	-	-	-	-	
CAETITÉ 2	a.2)	Energia comprada	-	134	202	-	-	-	-	-	
			-	134	202	-	-	-	-	-	
CAETITÉ 3	a.2)	Energia comprada	-	136	204	-	-	-	-	-	
			-	136	204	-	-	-	-	-	
Banco do Brasil S.A.		Aplicações Financeiras	-	721	(79)	-	800	-	-	(82)	
			-	721	(79)	-	800	-	-	(82)	
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	(4.617)	-	-	-	-	(2.284)	
			-	-	(4.617)	-	-	-	-	(2.284)	
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	129	-	129	46	-	-	-	-	
		Dividendos	-	46.694	-	-	46.694	-	-	-	
		Juros sobre capital próprio	-	99.830	-	-	99.830	-	-	-	
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-	-	-	
		Aluguel/Comodato	-	89	(267)	-	89	-	-	-	
		Outros	-	-	-	-	-	-	-	(196)	
			129	149.015	(138)	46	149.015	-	-	(196)	
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.176	-	-	1.176	-	-	-	
		Juros sobre capital próprio	-	2.514	-	-	2.514	-	-	-	
			-	3.690	-	-	3.690	-	-	-	
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	4.361	-	-	4.361	-	-	-	
		Juros sobre capital próprio	-	7.925	-	-	7.925	-	-	-	
			-	12.286	-	-	12.286	-	-	-	
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	2	
		Prestação de serviço (almoxxarifado)	-	330	-	-	416	-	-	-	
			-	330	-	-	416	-	-	2	
Outros Minoritários		Dividendos	-	3.066	-	-	3.231	-	-	-	
		Juros sobre capital próprio	-	1.850	-	-	1.864	-	-	-	
			-	4.917	-	-	5.095	-	-	-	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. com vigência até dezembro de 2029.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de energia fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2013 é de R\$ 715 (R\$ 649 em 31 de março de 2012). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores classificados como mantido para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no logo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 - é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:
 - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Nível de Hierarquia	Ativos (Passivos)			
		31/03/13		31/12/12	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		180.335	180.335	252.479	252.479
Títulos e valores mobiliários		68.053	68.053	76.895	76.895
Contas a receber de clientes e outros		987.578	987.578	1.121.027	1.121.027
Passivo					
Fornecedores	-	(665.509)	(665.509)	(532.097)	(532.097)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(145.049)	(145.049)	(143.691)	(143.691)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	(1.953.006)	(1.953.006)	(1.979.287)	(1.979.287)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(160.758)	(160.382)	(241.219)	(240.800)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(800.102)	(800.102)	(820.453)	(820.453)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(7.199)	(7.199)	(2.543)	(2.543)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro 2012 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/03/13	31/12/12	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12	
Contratos de swaps:											
Swap	Bancos Santander e Citibank	11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1%a.a. / USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e	USD 150.000	USD 150.000	R\$ 282.704	R\$ 282.704	306.824	310.422	
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas								287.603	282.933	
									19.221	27.489	(8.268)
Swap	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 1.444	USD 2.979	R\$ 4.363	R\$ 9.003	6.070	12.599	
Passiva									22.009	43.319	
									(15.939)	(30.720)	(1.212)
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	USD 50.000	R\$ 104.005	R\$ 104.005	95.172	96.988	
Passiva									104.309	104.305	
									(9.137)	(7.317)	(3.335)
Swap	Bank of America	13/11/12 / 16/11/12 /	14/06/18	117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.	USD 200.000	USD 200.000	R\$ 415.500	R\$ 415.500	401.326	409.944	
Passiva	Merrill Lynch	19/11/12							416.713	416.696	
									(15.388)	(6.752)	(13.605)
Swap	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI			R\$ 100.000	R\$ 100.000	145.051	143.694	
Passiva									131.007	128.936	
									14.044	14.757	(713)
Total									(7.199)	(2.543)	(27.132)

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 27.132.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar		11.629	14.536	17.443
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	(11.173)	(13.966)	(16.759)
Exposição Líquida		456	570	684

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 1.069.107 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	2.168	1.626	1.084
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(5.015)	(6.269)	(7.523)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(7.733)	(9.666)	(11.599)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(15.559)	(19.449)	(23.339)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(185)	(231)	(277)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 132.165, sendo R\$ 130.888 em fundos exclusivos e R\$ 1.277 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2012			
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	285.348	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	88.211	-	-	-
Debêntures	59.725	-	-	-
Não Circulante				
Fornecedores	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	547.143	1.772.592	287.004
Debêntures	-	78.617	-	-
Instrumentos Derivativos	-	(28.407)	(8.638)	(15.482)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de -4,03%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, a redução média foi de -9,90%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.073 de 11/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 3.910.759.071,44. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia já está desenvolvendo as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios sejam realizados até o mês de junho/13.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Reconhecimento do subsídio da CDE e compra de energia

Conforme mencionado na Nota 6 às informações trimestrais, em 8 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassados às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia foram parcialmente reconhecidos no trimestre findo em 31 de março de 2013. Deste modo, o ativo circulante está apresentado a menor em R\$ 10.290 mil, o passivo circulante apresentado a maior em R\$ 9.095 mil e o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 19.385 mil, líquidos dos efeitos tributários.

Ausência de mensuração do impacto da revisão tarifária

Conforme descrito na Nota 29 às informações trimestrais, como parte do processo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (“SFF”) da ANEEL emitiu, em 11 de abril de 2013, o Despacho nº 1073, divulgando o valor da Base de Remuneração Regulatória Líquida (“BRR”) da Companhia, considerando as adições realizadas pela Companhia até a data de 31 de outubro de 2012, no montante de R\$3.910.759 mil. A BRR é utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura como base para determinar o valor do ativo financeiro das concessões de distribuição de energia elétrica, relacionado ao montante a ser reembolsado pelo poder concedente ao término das concessões. Em 31 de março de 2013, o montante registrado como ativo intangível e ativo financeiro corresponde a R\$ 5.208.019 mil. A Administração da Companhia não concluiu a análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL, a fim de determinar o montante do ajuste aos saldos contábeis a serem registrados em 31 de março de 2013, que devem considerar também as adições realizadas entre 31 de outubro de 2012, data-base para o valor de BRR divulgado pela ANEEL, e 31 de março de 2013, data do balanço patrimonial intermediário apresentado nestas Informações Financeiras Trimestrais. Conseqüentemente, nenhum ajuste foi registrado em decorrência deste assunto nas informações trimestrais e, portanto, não é possível concluir sobre os possíveis impactos nos saldos do ativo financeiro, do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2013.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para conclusão

com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2012, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.2, que foram efetuados para alterar essas informações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, como preparadas originalmente, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 23 de abril de 2012, sem ressalvas.

Como parte de nossa revisão das informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2013, revisamos também os ajustes descritos na Nota 2.2, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012 e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não sejam apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes às cifras trimestrais de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as informações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Salvador, 15 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" BA